

BB Leasing S.A. - Arrendamento Mercantil

Setor de Autarquias Norte, Quadra 05, Lote B, Edifício Sede Banco do Brasil - 10º Andar - Brasília-DF - CNPJ 31.546.476/0001-56

Exercício 2018

Relatório da Administração

Senhor Acionista,

Apresentamos as demonstrações contábeis da BB Leasing S.A. - Arrendamento Mercantil (BB Leasing), relativas ao exercício findo em 31.12.2018, de acordo com os dispositivos estatutários e legais estabelecidos pelos órgãos reguladores, inclusive o Banco Central do Brasil (Bacen).

A EMPRESA

A BB Leasing, subsidiária integral do Banco do Brasil S.A. (BB), com sede e foro em Brasília, localizada no Setor de Autarquias Norte, Quadra 05, Lote B, Edifício Sede Banco do Brasil - 10º Andar, CEP 70.040-250, é uma empresa autônoma registrada no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica (CNPJ) sob o número 31.546.476/0001-56.

A Empresa está inserida no contexto do planejamento estratégico corporativo do BB e se alinha aos objetivos estratégicos do Conglomerado BB, na perspectiva financeira, de maneira a oferecer solução voltada para investimentos em modernização e ampliação das empresas brasileiras.

A Empresa tem como principal objeto a prática de operações de arrendamento mercantil de bens móveis e imóveis, na forma das normas aplicáveis, bem como a realização de operações de subarrendamento, cessão e aquisição de contratos de arrendamento mercantil, cessão e aquisição de direitos creditórios decorrentes de contratos de arrendamento mercantil e todas as demais operações facultadas às sociedades da espécie.

Os negócios da Empresa são regidos pela Lei 6.099/74, que dispõe sobre o tratamento tributário das operações de arrendamento mercantil, e pela Resolução do Conselho Monetário Nacional (CMN) 2.309/96, que disciplina e consolida as normas relativas às operações de arrendamento mercantil.

A estratégia de atuação frente ao mercado de arrendamento mercantil nacional está focada nos negócios com o segmento de pessoas jurídicas, o que pode ser observado em sua carteira que, em dezembro de 2018, tinha 100,00% de sua composição em negócios com esse público.

O principal produto oferecido pela Empresa é o Leasing Financeiro Pessoa Jurídica, modalidade em que a arrendatária tem a intenção de adquirir o bem ao final do arrendamento, pagando o Valor Residual Garantido (VRG) ao longo da vigência do contrato.

GOVERNANÇA CORPORATIVA

A Empresa, de capital fechado, não possui Conselho de Administração. A Diretoria Executiva é composta por um Diretor Presidente, Diretor Vice-Presidente e Diretor Gerente e possui Conselho Fiscal próprio e permanente para assegurar a fiscalização dos atos de gestão administrativa.

A Instituição, por decisão da Assembleia do Acionista de 26.04.2005, aderiu ao Comitê de Auditoria do Conglomerado BB.

MERCADO DE LEASING

De acordo com informações disponibilizadas pela Associação Brasileira das Empresas de Leasing (ABEL), no período compreendido entre Dezembro de 2017 e Setembro de 2018, o mercado de *leasing* continuou apresentando queda no montante do valor presente da carteira. Enquanto o crédito total no mercado cresceu aproximadamente 2,5% no mesmo período, a carteira total de *leasing* reduziu aproximadamente 8,1%.

Ainda, de acordo com a Associação, os negócios com o segmento de pessoas jurídicas representam o maior volume da carteira do mercado e demonstra o potencial do *leasing* para fomentar a economia nacional.

Em relação ao Imobilizado de Arrendamento por Tipo de Bens, o item Máquinas e Equipamentos corresponde a 41,49% dos bens arrendados, seguido por Veículos e Afins com 25,94%, Aeronaves com 14,10% e Outros Tipos de Bens que somam 18,47% do total.

Considerando o Imobilizado de Arrendamento por Setores de Atividades o setor mais expressivo é o de Serviços com aproximadamente 56% do volume, seguido pela Indústria com aproximadamente 16% e Comércio com aproximadamente 15%. Outros (Estatais e Pessoa Física) representam aproximadamente 13%.

CARTEIRA

Em 31.12.2018 a carteira de *Leasing* totalizava 962 operações ativas, representando um saldo de R\$ 129,037 milhões.

POLÍTICA DE REINVESTIMENTO DE LUCROS E DISTRIBUIÇÃO DE DIVIDENDOS

No exercício de 2018, a BB Leasing distribuiu 25% do lucro líquido disponível, após a destinação às reservas legais, sob a forma de dividendos ao seu acionista.

DESEMPENHO ECONÔMICO-FINANCEIRO

O lucro líquido da Empresa no exercício de 2018 foi de R\$ 153.242 mil. Esse desempenho deveu-se às receitas de intermediação financeira, operações com títulos e valores mobiliários, resultados com instrumentos financeiros derivativos e operações de arrendamento mercantil.

GESTÃO DE RISCOS

A administração da Empresa adota política conservadora no seu processo de gerenciamento de riscos. As aplicações das disponibilidades são realizadas com o Banco do Brasil, seu controlador, o que minimiza os riscos incorridos e proporciona o alinhamento com as políticas de gerenciamento de risco adotadas pelo Conglomerado BB.

O Banco do Brasil considera a gestão de riscos da BB Leasing nas atividades de gerenciamento de riscos do Conglomerado Prudencial. Para conhecer mais sobre o processo de gestão de riscos no Conglomerado Prudencial Banco do Brasil, acesse as informações disponíveis no Relatório de Gerenciamento de Riscos em: www.bb.com.br/rri.

AUDITORIA INDEPENDENTE

No decorrer do ano de 2018, a KPMG Auditores Independentes não prestou outros serviços à BB Leasing além daqueles relacionados à auditoria externa.

AÇÕES ESTRATÉGICAS

- Buscar a otimização do resultado da BB Leasing S.A.
- Utilizar os recursos do Conglomerado para avaliação das melhores oportunidades negociais, mantendo os padrões de qualidade e imagem da Instituição.
- Buscar o crescimento de negócios voltados para a modernização e ampliação das empresas brasileiras.

AGRADECIMENTOS

Agradecemos a confiança do acionista, de seus clientes e da sociedade.

Demonstrações Contábeis

Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado

BALANÇO PATRIMONIAL

ATIVO	Nota	31.12.2018	31.12.2017
CIRCULANTE		8.333.504	15.527.191
Disponibilidades	4	34	19
Aplicações Interfinanceiras de Liquidez	5.a	4.391.484	4.315.335
Aplicações no mercado aberto		4.391.484	4.315.335
Títulos e Valores Mobiliários e Instrumentos Financeiros Derivativos		3.921.366	11.182.159
Instrumentos financeiros derivativos	6.b	3.921.366	11.182.159
Operações de Arrendamento Mercantil		(5.497)	(12.493)
Arrendamentos e subarrendamentos a receber - setor privado	7.a	30.187	51.720
(Rendas a apropriar de arrendamento mercantil)	7.a	(29.786)	(50.554)
(Provisão para créditos de arrendamento mercantil)	7.f	(5.898)	(13.659)
Outros Créditos	8.a	25.414	41.035
Diversos		25.414	41.035
Outros Valores e Bens		703	1.136
Bens não de uso	9.a	857	915
(Provisão para desvalorização de bens não de uso)	9.a	(377)	(388)
Despesas antecipadas	9.b	223	609
REALIZÁVEL A LONGO PRAZO		133.846	151.431
Operações de Arrendamento Mercantil		(2.817)	(3.854)
Arrendamentos e subarrendamentos a receber - setor privado	7.a	32.386	30.451
(Rendas a apropriar de arrendamento mercantil)	7.a	(32.386)	(30.451)
(Provisão para créditos de arrendamento mercantil)	7.f	(2.817)	(3.854)
Outros Créditos	8.a	136.513	155.095
Diversos		138.124	156.595
(Provisão para outros créditos)	8.b	(1.611)	(1.500)
Outros Valores e Bens		150	190
Despesas antecipadas	9.b	150	190
PERMANENTE		222.505	349.357
Investimentos		--	--
Outros investimentos		520	520
(Provisão para perdas)		(520)	(520)
Imobilizado de Arrendamento	10.a	222.505	349.357
Bens arrendados		277.326	452.255
(Depreciação acumulada)	10.c	(54.821)	(102.898)
TOTAL DO ATIVO		8.689.855	16.027.979

PASSIVO/ PATRIMÔNIO LÍQUIDO	Nota	31.12.2018	31.12.2017
CIRCULANTE		1.097.398	5.394.577
Recursos de Aceites e Emissão de Títulos		900.603	5.073.980
Recursos de debêntures	11.a	900.603	5.073.980
Obrigações por Repasses do País - Instituições Oficiais	12.a	228	221
Finame		228	221
Instrumentos Financeiros Derivativos		8	1
Instrumentos financeiros derivativos	6.b	8	1
Outras Obrigações		196.559	320.375
Sociais e estatutárias	13.a	16.096	23.080
Fiscais e previdenciárias	13.b	95.736	157.368
Diversas	13.c	84.727	139.927
EXIGÍVEL A LONGO PRAZO		2.927.496	6.085.288
Recursos de Aceites e Emissão de Títulos		2.870.486	5.969.407
Recursos de debêntures	11.a	2.870.486	5.969.407
Obrigações por Repasses do País - Instituições Oficiais	12.a	57	281
Finame		57	281
Outras Obrigações		56.953	115.600
Fiscais e previdenciárias	13.b	21.963	39.967
Diversas	13.c	34.990	75.633
PATRIMÔNIO LÍQUIDO		4.664.961	4.548.114
Capital		3.261.860	3.261.860
De domiciliados no País	16.a	3.261.860	3.261.860
Reservas de Lucros	16.b	1.403.101	1.286.254
TOTAL DO PASSIVO		8.689.855	16.027.979

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO

	Nota	2º Semestre/2018	Exercício/2018	Exercício/2017
RECEITAS DA INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA		404.537	914.382	3.187.213
Operações de crédito	7.g	7.483	23.306	6.400
Operações de arrendamento mercantil	7.b	69.639	149.445	188.020
Resultado de operações com títulos e valores mobiliários	5.b	133.313	265.891	387.672
Resultado com instrumentos financeiros derivativos	6.c	194.102	475.740	2.605.121
DESPESAS DA INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA		(252.162)	(599.775)	(2.744.843)
Operações de captação no mercado	11.b	(188.346)	(464.283)	(2.580.594)
Operações de empréstimos e repasses	12.b	(2)	(5)	(9)
Operações de arrendamento mercantil	7.b	(60.249)	(128.706)	(147.591)
Provisões para arrendamentos/outros créditos		(3.565)	(6.781)	(16.649)
RESULTADO BRUTO DA INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA		152.375	314.607	442.370
OUTRAS RECEITAS/(DESPESAS) OPERACIONAIS		(29.384)	(38.958)	(34.239)
Despesas de pessoal	14.a	(1.561)	(2.972)	(2.006)
Outras despesas administrativas	14.b	(2.942)	(6.232)	(10.810)
Despesas tributárias	17.c	(7.335)	(14.966)	(22.806)
Outras receitas operacionais	14.c	6.377	13.717	10.642
Outras despesas operacionais	14.d	(23.923)	(28.505)	(9.259)
RESULTADO OPERACIONAL		122.991	275.649	408.131
RESULTADO NÃO OPERACIONAL	15	--	70	39
Receitas não operacionais		--	70	39
RESULTADO ANTES DA TRIBUTAÇÃO SOBRE O LUCRO		122.991	275.719	408.170
IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL	17.a	(55.217)	(122.477)	(183.352)
Imposto de renda e contribuição social correntes		(68.256)	(139.660)	(206.100)
Imposto de renda e contribuição social diferidos		13.039	17.183	22.748
LUCRO LÍQUIDO		67.774	153.242	224.818
Número de Ações		3.000.000	3.000.000	3.000.000
Lucro por Ação (R\$)		22,59	51,08	74,94

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA - MÉTODO INDIRETO

	2º Semestre/2018	Exercício/2018	Exercício/2017
FLUXOS DE CAIXA PROVENIENTES DAS OPERAÇÕES			
Lucro antes do Imposto de Renda e Contribuição Social	122.991	275.719	408.170
Ajustes ao Lucro antes do Imposto de Renda e Contribuição Social	66.464	134.251	152.322
Provisão para operações de arrendamento mercantil	3.501	6.670	16.479
Provisão para outros créditos	63	111	170
Depreciação de bens arrendados	19.539	42.742	87.659
Amortização de perdas	4.543	10.001	13.909
Insuficiências (Superveniência) de depreciação	32.958	70.666	36.288
Reforço (Reversão) de provisões cíveis e fiscais	5.860	4.061	(2.183)
Lucro Ajustado antes do Imposto de Renda e Contribuição Social	189.455	409.970	560.492
Variações Patrimoniais	3.253.554	6.994.604	47.197.245
Redução em operações de arrendamento mercantil	367	765	932
Redução em instrumentos financeiros derivativos	3.306.105	7.260.801	47.417.795
Redução em outros créditos líquidos dos créditos tributários	35.601	15.411	47.072
Redução em outros valores e bens	148	473	655
Imposto de renda e contribuição social pagos	(13.467)	(155.436)	(125.623)
Redução em outras obrigações	(75.200)	(127.410)	(143.586)
CAIXA GERADO PELAS OPERAÇÕES	3.443.009	7.404.574	47.757.737
FLUXOS DE CAIXA PROVENIENTES DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO			
Aquisição de imobilizado de arrendamento	(60.706)	(81.160)	(26.260)
Alienação de imobilizado de arrendamento	31.923	69.135	86.358
CAIXA GERADO PELAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO	(28.783)	(12.025)	60.098
FLUXOS DE CAIXA PROVENIENTES DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO			
Aumento em obrigação por emissão de debêntures	188.326	464.242	2.580.554
Redução em obrigação por emissão de debêntures	(3.500.207)	(7.736.541)	(50.021.591)
Redução em obrigações por empréstimos e repasses no país - instituições oficiais	(110)	(217)	(209)
Dividendos pagos	(20.504)	(43.869)	(73.386)
CAIXA UTILIZADO PELAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO	(3.332.495)	(7.316.385)	(47.514.632)
Varição Líquida de Caixa e Equivalentes de Caixa	81.731	76.164	303.203
Início do período	4.309.787	4.315.354	4.012.151
Fim do período	4.391.518	4.391.518	4.315.354
Aumento de Caixa e Equivalentes de Caixa	81.731	76.164	303.203

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO

EVENTOS	Nota	Capital Realizado	Reservas de Lucros		Lucros ou Prejuízos Acumulados	Total
			Legal	Estatutária		
Saldos em 31.12.2016		3.261.860	73.103	1.041.727	--	4.376.690
Lucro do período		--	--	--	224.818	224.818
Destinações:						
Reservas	16.c	--	11.241	160.183	(171.424)	--
Dividendos (R\$ 17.798,09 por lote de mil ações)	16.c	--	--	--	(53.394)	(53.394)
Saldos em 31.12.2017		3.261.860	84.344	1.201.910	--	4.548.114
Mutações do Período		--	11.241	160.183	--	171.424
Saldos em 30.06.2018		3.261.860	88.618	1.262.805	--	4.613.283
Lucro do período		--	--	--	67.774	67.774
Destinações:						
Reservas	16.c	--	3.389	48.289	(51.678)	--
Dividendos (R\$ 5.365,44 por lote de mil ações)	16.c	--	--	--	(16.096)	(16.096)
Saldos em 31.12.2018		3.261.860	92.007	1.311.094	--	4.664.961
Mutações do Período		--	3.389	48.289	--	51.678

BB Leasing S.A. - Arrendamento Mercantil

Setor de Autarquias Norte, Quadra 05, Lote B, Edifício Sede Banco do Brasil - 10º Andar - Brasília-DF - CNPJ 31.546.476/0001-56

Exercício 2018

Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis

Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado

1 – A BB LEASING E SUAS OPERAÇÕES

A BB Leasing S.A. - Arrendamento Mercantil (BB Leasing) é uma sociedade controlada pelo Banco do Brasil S.A. (subsidiária integral), constituída em 1987, tendo por objetivo a prática de operações de arrendamento mercantil de bens móveis e imóveis. Está localizada no Setor de Autarquias Norte, Quadra 05, Lote B, Edifício Sede Banco do Brasil - 10º Andar, CEP 70.040-250 – Brasília, Distrito Federal, Brasil.

Como parte integrante do Conglomerado Banco do Brasil, suas operações são conduzidas em um contexto que envolve um conjunto de empresas que atuam no mercado se utilizando, de forma compartilhada, da infraestrutura tecnológica e administrativa dessas empresas. Suas demonstrações contábeis devem ser entendidas nesse contexto.

2 – APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

As Demonstrações Contábeis foram elaboradas a partir de diretrizes contábeis emanadas da Lei das Sociedades por Ações, com observância às normas e instruções do Conselho Monetário Nacional (CMN), do Banco Central do Brasil (Bacen) e da Comissão de Valores Mobiliários (CVM), quando aplicável.

A elaboração de demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições financeiras, requer que a Administração use de julgamento na determinação e registro de estimativas contábeis, quando for o caso. Ativos e passivos significativos sujeitos a essas estimativas e premissas incluem: provisão para créditos de liquidação duvidosa, ativos fiscais diferidos, provisão para demandas fiscais e cíveis, valorização de instrumentos financeiros e outras provisões. Os valores definitivos das transações envolvendo essas estimativas somente são conhecidos por ocasião da sua liquidação.

O Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) emite normas e interpretações contábeis alinhadas às normas internacionais de contabilidade e aprovadas pela Comissão de Valores Mobiliários (CVM). O Conselho Monetário Nacional (CMN) aprovou os seguintes pronunciamentos, observados integralmente pela BB Leasing, quando aplicável: CPC 00 (R1) – Pronunciamento Conceitual Básico, CPC 01 – Redução ao Valor Recuperável de Ativos, CPC 03 – Demonstração dos Fluxos de Caixa – DFC, CPC 05 – Divulgação sobre Partes Relacionadas, CPC 10 (R1) – Pagamento Baseado em Ações, CPC 23 – Políticas Contábeis, Mudança de Estimativa e Retificação de Erro, CPC 24 – Evento Subsequente, CPC 25 – Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes e CPC 33 (R1) – Benefícios a Empregados.

As demonstrações contábeis foram aprovadas pela Diretoria em 25.02.2019.

3 – RESUMO DAS PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS

As políticas adotadas pela BB Leasing são aplicadas de forma consistente em todos os períodos apresentados nestas demonstrações contábeis.

a) Apuração do Resultado

Em conformidade com o regime de competência, as receitas e as despesas são reconhecidas na apuração do resultado do período a que pertencem e, quando se correlacionam, de forma simultânea, independentemente de recebimento ou pagamento. As operações formalizadas com encargos financeiros pós-fixados são atualizadas pelo critério *pro rata die*, com base na variação dos respectivos indexadores pactuados, e as operações com encargos financeiros pré-fixados estão registradas pelo valor de resgate, retificado por conta de rendas a apropriar ou despesas a apropriar correspondentes ao período futuro.

b) Caixa e Equivalentes de Caixa

Caixa e equivalentes de caixa estão representados por disponibilidades em moeda nacional, aplicações em operações compromissadas – posição bancada e aplicações em depósitos interfinanceiros, com alta liquidez e risco insignificante de mudança de valor, com prazo de vencimento igual ou inferior a 90 dias (Nota 4).

c) Aplicações Interfinanceiras de Liquidez

As aplicações interfinanceiras de liquidez são registradas pelo valor de aplicação ou aquisição, acrescido dos rendimentos auferidos até a data do balanço, e ajustadas por provisão para perdas, quando aplicável (Nota 5).

d) Instrumentos Financeiros Derivativos - IFD

Os instrumentos financeiros derivativos são avaliados pelo valor de mercado, por ocasião dos balancetes mensais e balanços. As valorizações ou desvalorizações são registradas em contas de receitas ou despesas dos respectivos instrumentos financeiros (Nota 6.b).

A metodologia de marcação a mercado dos instrumentos financeiros derivativos foi estabelecida com base em critérios consistentes e verificáveis que levam em consideração o preço médio de negociação no dia da apuração ou, na falta desse, por meio de modelos de precificação que traduzam o valor líquido provável de realização.

Os instrumentos financeiros derivativos utilizados para compensar, no todo ou em parte, os riscos decorrentes das exposições às variações no valor de mercado de ativos ou passivos financeiros são considerados instrumentos de proteção (*hedge*) e são classificados de acordo com a sua natureza em:

Hedge de Risco de Mercado – os instrumentos financeiros assim classificados, bem como o item objeto de *hedge*, têm suas valorizações ou desvalorizações reconhecidas em contas de resultado do período; e

Hedge de Fluxo de Caixa – para os instrumentos financeiros enquadrados nessa categoria, a parcela efetiva das valorizações ou desvalorizações registra-se, líquida dos efeitos tributários, na conta Ajuste de Avaliação Patrimonial do Patrimônio Líquido. Entende-se por parcela efetiva aquela em que a variação no item objeto de *hedge*, diretamente relacionada ao risco correspondente, é compensada pela variação no instrumento financeiro utilizado para *hedge*, considerando o efeito acumulado da operação. As demais variações verificadas nesses instrumentos são reconhecidas diretamente no resultado do período.

e) Operações de Arrendamento Mercantil e Outros Créditos com Características de Concessão de Crédito e Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa

Arrendamentos a receber – registra o valor das contraprestações a receber no prazo do contrato, atualizadas de acordo com índices e critérios estabelecidos contratualmente e classificadas no ativo circulante ou no realizável a longo prazo.

Rendas a apropriar de arrendamento a receber – são apropriadas mensalmente pelo valor das contraprestações exigíveis no período, observadas as normas da Portaria MF n.º 140/1984. As rendas das operações vencidas há mais de 60 dias, independentemente de seu nível de risco, somente serão reconhecidas como receita quando efetivamente recebidas.

Provisão para créditos de liquidação duvidosa – as operações de arrendamento mercantil e outros créditos com características de concessão de crédito são classificadas de acordo com o julgamento da Administração quanto ao nível de risco, levando em consideração a conjuntura econômica, a experiência passada e os riscos específicos em relação à operação, aos devedores e garantidores, observando os parâmetros estabelecidos pela Resolução CMN n.º 2.682/1999, que requer a análise periódica da carteira e sua classificação em nove níveis, sendo AA (risco mínimo) e H (risco máximo), bem como a classificação das operações com atraso superior a 15 dias como operações em curso anormal.

As operações classificadas como nível H assim permanecem por 180 dias, quando são baixadas contra a provisão existente e controladas em contas de compensação.

As operações renegociadas são mantidas, no mínimo, no mesmo nível em que estavam classificadas. As renegociações de operações já baixadas contra a provisão são classificadas como H e os eventuais ganhos oriundos da renegociação somente são reconhecidos como receita quando efetivamente recebidos.

A provisão para operações de crédito de liquidação duvidosa, considerada suficiente pela Administração, atende ao requisito mínimo estabelecido pela Resolução CMN n.º 2.682/1999 (Nota 7.e).

Superveniência/Insuficiência de depreciação – o ajuste a valor presente dos fluxos futuros de recebimento das operações de arrendamento financeiro, registrado nas contas "Superveniências/Insuficiências de Depreciações" do Imobilizado de Arrendamento Financeiro, foi calculado com base na taxa interna de retorno de cada contrato, na forma da Circular n.º 1.429/1989 do Bacen e computado no resultado.

As operações de arrendamento operacional não requerem ajuste a valor presente e seus valores não são incorporados à carteira de crédito de arrendamentos classificados por não terem característica de concessão de créditos.

Resultado na alienação quando da opção de compra:

Lucro – reconhecido por ocasião do exercício da opção de compra.

Prejuízo – a perda é registrada no Imobilizado de Arrendamento como perda em arrendamentos a amortizar, sendo reconhecida em resultado no prazo remanescente de vida útil dos bens arrendados sob regime da Circular n.º 1.429/1989, do Bacen.

f) Tributos

Os tributos são apurados com base nas alíquotas demonstradas no quadro a seguir:

Tributos	Alíquota
Imposto de Renda – IR (15% + adicional de 10%)	25%
Contribuição Social sobre o Lucro Líquido – CSLL (1)	20%
PIS/Pasep	0,65%
Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social – Cofins	4%
Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza – ISSQN	Até 5%

(1) Alíquota de 15% até 31.08.2015 e de 20% a partir de 01.09.2015, conforme Lei n.º 13.169/2015.

Os ativos fiscais diferidos (Créditos Tributários - Nota 17.e) e os passivos fiscais diferidos (Nota 17.d) são constituídos pela aplicação das alíquotas vigentes dos tributos sobre suas respectivas bases. Para constituição, manutenção e baixa dos ativos fiscais diferidos são observados os critérios estabelecidos pela Resolução CMN n.º 3.059/2002, alterados pelas Resoluções CMN n.º 3.355/2006, CMN n.º 4.192/2013 e CMN n.º 4.441/2015, e estão suportados por estudo de capacidade de realização.

g) Despesas Antecipadas

Referem-se às aplicações de recursos em pagamentos antecipados, cujos benefícios ou prestação de serviço à BB Leasing ocorrerão em períodos futuros (Nota 9.b). As despesas antecipadas são registradas ao custo e amortizadas na medida em que forem sendo realizadas.

h) Ativo Permanente

O Imobilizado de Arrendamento é avaliado pelo custo de aquisição, deduzido das perdas decorrentes de redução ao valor recuperável de ativos e da respectiva conta de depreciação, cujo valor é calculado pelo método linear pelo prazo de vida útil do ativo (Nota 10).

Os valores registrados no grupo "perdas em arrendamentos a amortizar", apuradas por ocasião do vencimento dos contratos de *leasing*, são amortizados no prazo de vida útil remanescente dos bens arrendados.

i) Redução ao Valor Recuperável de Ativos não Financeiros – Imparidade

BB Leasing avalia, com base em fontes internas e externas, se há alguma indicação de que um ativo não financeiro possa ter sofrido desvalorização. Se houver indicação de desvalorização, a BB Leasing estima o valor recuperável do ativo, que é o maior entre: i) seu valor justo menos os custos para vendê-lo; e ii) o seu valor em uso.

No mínimo anualmente, para a realização do teste de imparidade, a BB Leasing elabora estudo para verificar se existe indicação de desvalorização de ativos alcançados pelo CPC 01, segundo critérios técnicos definidos pela Administração.

Se o valor recuperável do ativo for menor que o seu valor contábil, o valor contábil do ativo é reduzido ao seu valor recuperável por meio de uma provisão para perda por imparidade, que é reconhecida na Demonstração do Resultado.

j) Provisões, Ativos e Passivos Contingentes e Obrigações Legais

O reconhecimento, a mensuração e a divulgação dos ativos e passivos contingentes e obrigações legais são efetuados de acordo com os critérios definidos pelo CPC 25 – Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes, aprovado pela Resolução CMN n.º 3.823, de 16.12.2009 (Nota 20).

Os ativos contingentes não são reconhecidos nas demonstrações contábeis, porém, quando há evidências que propiciem a garantia de sua realização, usualmente representado pelo trânsito em julgado da ação e pela confirmação da capacidade de sua recuperação por recebimento ou compensação por outro exigível, são reconhecidos como ativo.

Provisões para passivos contingentes são reconhecidas nas demonstrações contábeis quando, baseado na opinião de assessores jurídicos e da Administração, for considerado provável o risco de perda de uma ação judicial ou administrativa, com uma provável saída de recursos para a liquidação das obrigações e quando os montantes envolvidos forem mensuráveis com suficiente segurança, sendo quantificados quando da citação/notificação judicial e revisados mensalmente.

Considera-se para o cálculo do valor provável de condenação, o valor indenizatório pretendido, provas apresentadas e provas produzidas nos autos, jurisprudência sobre a matéria, subsídios fáticos levantados, decisões judiciais que vierem a ser proferidas na ação, classificação e grau de risco de perda da ação judicial.

Os passivos contingentes classificados como perdas possíveis não são reconhecidos nas demonstrações contábeis, devendo ser apenas divulgados nas notas explicativas, e os classificados como remotos não requerem provisão e nem divulgação.

As obrigações legais (fiscais e previdenciárias) são derivadas de obrigações tributárias previstas na legislação, independentemente da probabilidade de sucesso de processos judiciais em andamento, que têm os seus montantes reconhecidos integralmente nas demonstrações contábeis.

k) Moeda Funcional

A moeda funcional e de apresentação das demonstrações contábeis da BB Leasing é o Real (R\$).

l) Gerenciamento de Riscos

BB Leasing adota política conservadora, seguindo a política de gerenciamento de riscos adotada pelo Conglomerado Banco do Brasil.

Utiliza-se na BB Leasing o processo do Banco do Brasil para identificação dos riscos que comporão o inventário de riscos da empresa, realizada a partir da análise dos segmentos de negócios explorados, direta ou indiretamente.

A partir do inventário de riscos é realizada a avaliação da relevância, considerando critérios quantitativos e qualitativos especificados em metodologia interna.

Os riscos considerados como relevantes são:

- Risco de Crédito;
- Risco de Mercado;
- Risco de Taxa de Juros do *Banking Book*;
- Risco de Reputação;
- Risco de Estratégia;
- Risco Socioambiental; e
- Risco de Modelo.

Na BB Leasing, no que concerne às atividades de gestão de riscos, a Diretoria de Gestão de Riscos (Diris) do Banco do Brasil S.A. considera a empresa nas atividades de gerenciamento de risco do conglomerado prudencial.

Para conhecer mais sobre o processo de gestão de riscos no Conglomerado Prudencial Banco do Brasil, acesse as informações disponíveis no Relatório de Gerenciamento de Riscos no website bb.com.br/ri.

4 – CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

	31.12.2018	31.12.2017
Disponibilidades	34	19
Aplicações interfinanceiras de liquidez ⁽¹⁾	4.391.484	4.315.335
Total	4.391.518	4.315.354

(1) Referem-se às operações com prazo original igual ou inferior a 90 dias e apresentam risco insignificante de mudança de valor.

5 – APLICAÇÕES INTERFINANCEIRAS DE LIQUIDEZ

a) Composição

	31.12.2018	31.12.2017
Aplicações no mercado aberto – revendas a liquidar – posição bancada	4.391.484	4.315.335
Total	4.391.484	4.315.335

Ativo circulante 4.391.484 4.315.335

b) Rendas de Aplicações Interfinanceiras de Liquidez

	2º Semestre/2018	Exercício/2018	Exercício/2017
Rendas de aplicações no mercado aberto – posição bancada	133.312	265.890	387.672
Rendas de aplicações em depósitos interfinanceiros	1	1	--
Total	133.313	265.891	387.672

6 – TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS E INSTRUMENTOS FINANCEIROS DERIVATIVOS

a) Títulos e Valores Mobiliários – TVM

Em 31.12.2018 e 31.12.2017 não houve aplicação em operações de Títulos e Valores Mobiliários – TVM.

b) Instrumentos Financeiros Derivativos – IFD

A BB Leasing utiliza Instrumentos Financeiros Derivativos para reduzir o risco de mercado das operações.

Os valores relativos aos contratos de opções – Box Duas Pontas referem-se à aplicação dos recursos provenientes da captação pela emissão de debêntures (Nota 11.a) e têm a característica de aplicação de renda fixa.

As operações de *Swap*, representadas pela diferença de taxas CDI/pré, são contratadas a título de instrumento de proteção.

	31.12.2018			31.12.2017		
	Valor de referência	Valor de custo	Valor de mercado	Valor de referência	Valor de custo	Valor de mercado
Contratos de Opções (1)						
Posição ativa	7.724.290	3.920.155	3.921.366	22.390.426	11.178.630	11.182.159
De Compra – Posição						
Comprada	3.862.145	53.872	71.391	11.195.213	156.757	189.130
De Venda – Posição Comprada	3.862.145	3.866.283	3.849.975	11.195.213	11.021.873	10.993.029
Contratos de Swap (1)						
Posição passiva	3.920.155	1.002	8	11.178.630	1.581	1
Swap – CDI/Pré	3.920.155	1.002	8	11.178.630	1.581	1
Ativo circulante			3.921.366			11.182.159
Passivo circulante			8			1

(1) Operações com prazo de vencimento de até 30 dias.

c) Resultado com Instrumentos Financeiros Derivativos

	2º Semestre/2018	Exercício/2018	Exercício/2017
Mercado de opções – box duas pontas	194.941	475.554	2.602.312
Swap	(839)	186	2.809
Total	194.102	475.740	2.605.121

d) Determinação do Valor Justo

Instrumentos Financeiros Derivativos: Os derivativos são contabilizados pelo valor de mercado, conforme a Circular Bacen n.º 3.082/2002. A apuração do valor de mercado dos derivativos é estimada de acordo com modelo de precificação interno, observadas as taxas divulgadas para operações com prazo e indexadores similares no último dia de negociação do exercício.

e) Valor dos Ativos e Passivos Financeiros Mensurados ao Valor Justo, por nível de hierarquia

Conforme os níveis de informação na mensuração ao valor justo, as técnicas de avaliação utilizadas pela BB Leasing são as seguintes:

Nível 1 – são usados preços cotados em mercados ativos para instrumentos financeiros idênticos. Um instrumento financeiro é considerado como cotado em um mercado ativo se os preços cotados estiverem pronta e regularmente disponíveis, e se esses preços representarem transações de mercado reais e que ocorrem regularmente numa base em que não exista relacionamento entre as partes.

Nível 2 – são usadas outras informações disponíveis, exceto aquelas do Nível 1, onde os preços são cotados em mercados não ativos ou para ativos e passivos similares, ou são usadas outras informações que estão disponíveis ou que podem ser corroboradas pelas informações observadas no mercado para suportar a avaliação dos ativos e passivos.

Nível 3 – são usadas informações na definição do valor justo que não estão disponíveis no mercado. Se o mercado para um instrumento financeiro não estiver ativo, a BB Leasing estabelece o valor justo usando uma técnica de valorização que considera dados internos, mas que seja consistente com as metodologias econômicas aceitas para a precificação de instrumentos financeiros.

	31.12.2018			
	Saldo	Nível 1	Nível 2	Nível 3
Ativos				
Instrumentos financeiros derivativos	3.921.366	--	3.921.366	--
Contratos de Opções - Box duas Pontas	3.921.366	--	3.921.366	--
Contratos de Swap	--	--	--	--
Passivos				
Instrumentos financeiros derivativos	8	--	8	--
Contratos de Swap	8	--	8	--

	31.12.2017			
	Saldo	Nível 1	Nível 2	Nível 3
Ativos				
Instrumentos financeiros derivativos	11.182.159	--	11.182.159	--
Contratos de Opções - Box duas Pontas	11.182.159	--	11.182.159	--
Contratos de Swap	--	--	--	--
Passivos				
Instrumentos financeiros derivativos	1	--	1	--
Contratos de Swap	1	--	1	--

7 – OPERAÇÕES DE ARRENDAMENTO MERCANTIL E OUTROS CRÉDITOS COM CARACTERÍSTICAS DE CONCESSÃO DE CRÉDITO

a) Operações de Arrendamento a Receber

	31.12.2018	31.12.2017
Operações de arrendamento e subarrendamento a receber	62.573	82.171
Arrendamentos financeiros a receber – recursos internos	62.573	82.171
Ativo circulante	30.187	51.720
Ativo realizável a longo prazo	32.386	30.451

	31.12.2018	31.12.2017
Rendas a apropriar de arrendamento mercantil	(62.172)	(81.005)
Rendas a apropriar de arrendamentos financeiros a receber	(62.172)	(81.005)
Ativo circulante	(29.786)	(50.554)
Ativo realizável a longo prazo	(32.386)	(30.451)

b) Resultado Financeiro das Operações de Arrendamento Mercantil

	2º Semestre/2018	Exercício/2018	Exercício/2017
Receitas de arrendamento mercantil	69.639	149.445	188.020
Arrendamentos financeiros	69.639	149.445	188.020
Despesas de arrendamento mercantil	(60.249)	(128.706)	(147.591)
Arrendamentos financeiros	(60.249)	(128.706)	(147.591)
Total	9.390	20.739	40.429

c) Carteira de Crédito por Setores de Atividade Econômica

	31.12.2018	%	31.12.2017	%
Setor privado	129.037	100,0	155.019	

BB Leasing S.A. - Arrendamento Mercantil

Setor de Autarquias Norte, Quadra 05, Lote B, Edifício Sede Banco do Brasil - 10º Andar - Brasília-DF - CNPJ 31.546.476/0001-56

Exercício 2018

d) Composição da Carteira Segregada por Níveis de Risco e Prazo

Operações em Curso Normal										31.12.2018	31.12.2017
AA	A	B	C	D	E	F	G	H	Total	Total	
Parcelas vincendas											
01 a 30	2.144	1.478	1.934	704	--	8	11	8	58	6.345	10.073
31 a 60	2.144	1.440	1.979	651	--	4	12	7	56	6.293	9.820
61 a 90	1.994	1.404	1.668	584	--	4	11	6	53	5.724	8.498
91 a 180	4.972	4.022	5.279	1.522	--	12	14	19	154	15.994	22.717
181 a 360	7.131	6.803	8.518	1.963	--	23	7	29	268	24.742	38.475
Acima de 360	16.825	18.379	23.482	2.919	--	23	--	41	613	62.282	46.432
Parcelas vencidas											
Até 14 dias	6	--	64	70	--	--	11	7	8	166	438
Subtotal	35.216	33.526	42.924	8.413	--	74	66	117	1.210	121.546	136.453
Operações em Curso Anormal											
01 a 30	--	6	63	41	20	18	15	206	369	929	
31 a 60	--	4	53	30	20	17	15	205	344	904	
61 a 90	--	--	49	25	19	17	15	181	306	851	
91 a 180	--	--	114	69	54	36	43	533	849	2.340	
181 a 360	--	--	149	60	83	46	55	920	1.313	3.437	
Acima de 360	--	--	101	9	24	34	31	1.704	1.903	3.762	
Parcelas vencidas											
01 a 14	--	--	20	33	4	7	12	74	150	416	
15 a 30	--	7	49	8	17	13	3	133	230	620	
31 a 60	--	--	34	43	6	20	18	202	323	915	
61 a 90	--	--	--	31	7	20	18	210	286	774	
91 a 180	--	--	--	--	5	32	57	649	743	1.689	
181 a 360	--	--	--	--	--	--	--	675	675	1.840	
Acima de 360	--	--	--	--	--	--	--	--	--	89	
Subtotal	--	--	17	632	349	259	260	282	5.692	7.491	18.566
Total	35.216	33.526	42.941	9.045	349	333	326	399	6.902	129.037	155.019

e) Constituição da Provisão por Níveis de Risco

Nível de Risco	% Mínimo Provisão	31.12.2018			31.12.2017		
		Valor das Operações	Provisão Mínima	Provisão Complementar ⁽¹⁾	Valor das Operações	Provisão Mínima	Provisão Complementar ⁽¹⁾
AA	--	35.216	--	--	34.808	--	--
A	0,5	33.526	168	60	26.084	130	24
B	1	42.941	430	167	50.834	508	146
C	3	9.045	271	140	22.192	666	339
D	10	349	35	--	3.747	275	9
E	30	333	100	--	3.025	908	3
F	50	326	163	--	898	449	--
G	70	399	279	--	1.294	906	13
H	100	6.902	8.348	--	13.137	13.137	--
Total		129.037	8.348	367	8.715	16.979	534

(1) Refere-se à provisão complementar aos percentuais mínimos requeridos pela Resolução CMN n.º 2.682/1999, constituída a partir da escala interna de classificação de risco de crédito.

f) Movimentação da Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa

Compreende as provisões para operações de arrendamento mercantil e outros créditos com características de concessão de crédito.

	2º Semestre/2018	Exercício/2018	Exercício/2017
Saldo inicial	(10.151)	(17.513)	(38.638)
(Reforço)/reversão	(3.501)	(6.670)	(16.479)
Baixas para prejuízo	4.937	15.468	37.604
Saldo final	(8.715)	(8.715)	(17.513)

Ativo circulante	(5.898)	(5.898)	(13.659)
Ativo realizável a longo prazo	(2.817)	(2.817)	(3.854)

g) Informações Complementares

	2º Semestre/2018	Exercício/2018	Exercício/2017
Montante recuperado dos créditos baixados como prejuízo ⁽¹⁾	7.483	23.306	6.400
Montante dos créditos renegociados	2.715	2.887	6.295

(1) Registrado no resultado em Receitas de Operações de Crédito, conforme Resolução CMN n.º 2.836/2001.

8 - OUTROS CRÉDITOS

a) Composição

	Nota	31.12.2018	31.12.2017
Diversos			
Ativo fiscal diferido - crédito tributário	17.e	97.172	143.713
Devedores por depósitos em garantia	20.d	62.410	50.930
Impostos e contribuições a compensar		436	436
Outros		3.520	2.551
Subtotal		163.538	197.630
(Provisão para outros créditos sem características de concessão de crédito) ⁽¹⁾		(1.611)	(1.500)
Total		161.927	196.130

Ativo circulante	25.414	41.035
Ativo realizável a longo prazo	136.513	155.095

(1) Trata-se de provisão para perdas em recebimento de títulos precatórios do Governo do Estado de São Paulo no valor de R\$ 1.560 mil (R\$ 1.449 mil em 31.12.2017) e desvalorização de incentivos fiscais - Finor, no valor de R\$ 51 mil (R\$ 51 mil em 31.12.2017).

b) Movimentação da Provisão para Outros Créditos de Liquidação Duvidosa

	2º Semestre/2018	Exercício/2018	Exercício/2017
Saldo inicial	(1.548)	(1.500)	(1.330)
Reversão/(reforço)	(63)	(111)	(170)
Saldo final	(1.611)	(1.611)	(1.500)

Ativo realizável a longo prazo	(1.611)	(1.611)	(1.500)
--------------------------------	---------	---------	---------

9 - OUTROS VALORES E BENS

a) Bens Não de Uso Próprio

	31.12.2018	31.12.2017
Máquinas e equipamentos	558	558
Veículos e afins	213	271
Imóveis ⁽¹⁾	86	--
Bens em regime especial ⁽¹⁾	--	86
Subtotal	857	915
(Provisão para desvalorização de bens não de uso) ⁽²⁾	(377)	(388)
Total	480	527

(1) Saldos reclassificados do "Bens em regime especial" para "Imóveis" conforme orientação do Bacen com base na Lei n.º 13.506/2017, que revogou o artigo 35 da Lei n.º 4.595/1965.

(2) Trata-se de provisão para desvalorização de bens reintegrados pela Empresa.

b) Despesas Antecipadas

	31.12.2018	31.12.2017
Comissões pela colocação de debêntures	190	230
Despesas de seguros ⁽¹⁾	183	569
Total	373	799

Ativo circulante	223	609
Ativo realizável a longo prazo	150	190

(1) Referem-se a despesas de seguros de bens arrendados embutidas nos contratos de arrendamento, apropriadas de acordo com a vigência dos contratos que deram origem ao crédito. Os pagamentos são feitos antecipadamente de acordo com os normativos que regem os contratos de leasing e opção do arrendatário quanto à inclusão do seguro no contrato.

10 - IMOBILIZADO DE ARRENDAMENTO

a) Imobilizado de Arrendamento

	31.12.2018	31.12.2017
Arrendamento financeiro		
Bens arrendados	277.326	452.255
Veículos e afins	114.463	189.011
Máquinas e equipamentos	108.539	167.762
Móveis	7.129	8.126
Instalações	6.500	7.200
Imóveis	--	7.862
Aeronaves	--	8.057
Embarcações	--	5.070
Perdas em arrendamentos a amortizar	40.695	59.167

Amortização acumulada de perdas em arrendamentos a amortizar (25.985) (37.607)

Superveniências de depreciações 87.947 207.848

Depreciação acumulada (116.783) (273.139)

Total 222.505 349.357

b) Ajuste da Carteira

O ajuste da carteira de contratos de arrendamentos financeiros (superveniências/insuficiências de depreciações) foi apurado conforme disposto na Nota 3.e, apresentando a seguinte posição:

	31.12.2018	31.12.2017
Valor presente	222.906	350.523
Credores por antecipação de valor residual	93.869	195.504
Valor presente das operações de arrendamento	129.037	155.019
(-) Valor contábil das operações	134.959	142.675
Arrendamentos a receber - recursos internos	62.573	82.171
Rendas a apropriar de arrendamentos financeiros a receber	(62.172)	(81.005)
Valores residuais a realizar	86.865	95.976
Valores residuais a balancear	(86.865)	(95.976)
Bens arrendados	277.326	452.255
Depreciação acumulada de arrendamento financeiro	(116.783)	(273.139)
Amortização acumulada de perdas em arrendamentos a amortizar	(25.985)	(37.607)
(=) Aumento do ativo permanente (superveniências de depreciações)	87.947	207.848

c) Depreciação Acumulada

	31.12.2018	31.12.2017
Depreciação acumulada de arrendamento financeiro	(116.783)	(273.139)
(-) Superveniências de depreciações	87.947	207.848
(+) Amortização acumulada de perdas em arrendamentos a amortizar	(25.985)	(37.607)
(=) Depreciação acumulada	(54.821)	(102.898)

d) Outras Informações

O seguro do imobilizado de arrendamento é efetuado pelos respectivos arrendatários, conforme estabelecido em cláusula contratual.

11 - RECURSOS DE ACEITES E EMISSÃO DE TÍTULOS

a) Recursos de Debêntures

As debêntures emitidas em março/2013 (2ª emissão) e maio/2014 (3ª emissão) são do tipo simples, não conversíveis em ações, em série única, da espécie quirográfrica, nominativas e escriturais, para distribuição pública com esforços restritos de colocação, nos termos da Instrução CVM n.º 476/09, e foram adquiridas em sua totalidade pelo Banco do Brasil S.A.

A Resolução Bacen n.º 4.527/2016 veda a realização de operações compromissadas com títulos de emissão ou aceites de instituições integrantes do mesmo conglomerado prudencial. Em consequência dessa nova regulamentação, a BB Leasing iniciou o processo de recompra das debêntures em março de 2017.

Emissão	Valor da Operação	Vencimento	Remuneração	Valor Contábil	
				31.12.2018	31.12.2017
Março/2013	20.000.000	2023	100% CDI	2.474.572	8.714.331
Maio/2014	20.000.000	2024	100% CDI	1.296.517	2.329.056
Total				3.771.089	11.043.387

Passivo circulante	900.603	5.073.980
Passivo exigível a longo prazo	2.870.486	5.969.407

b) Despesas de Captações no Mercado

	2º Semestre/2018	Exercício/2018	Exercício/2017
Remuneração - juros ⁽¹⁾	(188.326)	(464.243)	(2.580.554)
Colocação de títulos	(20)	(40)	(40)
Total	(188.346)	(464.283)	(2.580.594)

(1) Remuneração calculada de forma exponencial e cumulativa *pro rata temporis*, por dias úteis decorridos, incidentes sobre o valor nominal unitário das debêntures ou sobre o saldo do valor nominal unitário das debêntures desde a data de emissão até a data de seu efetivo pagamento.

12 - OBRIGAÇÕES POR EMPRÉSTIMOS E REPASSES

a) Obrigações por Repasses do País - Instituições Oficiais

Composição por Prazo de Exigibilidade

Programa	Taxa de Atualização	até 90 dias	de 91 a 360 dias	de 1 a 3 anos	31.12.2018	31.12.2017
BNDES/Finame ⁽¹⁾	1,50% a 8,3% a.a. ou TJLP + 2,3% a 5,5% a.a.	57	171	57	285	502

Passivo circulante	228	221
Passivo exigível a longo prazo	57	281

(1) A garantia das operações consiste em penhor, ao BNDES/Finame, dos direitos creditórios representados pelos contratos de arrendamentos, conforme Circular BNDES n.º 196 - Item 9.

b) Despesas de Obrigações por Empréstimos e Repasses

	2º Semestre/2018	Exercício/2018	Exercício/2017
Despesas de obrigações por repasses - BNDES/Finame	(2)	(5)	(9)
Total	(2)	(5)	(9)

13 - OUTRAS OBRIGAÇÕES

a) Sociais e Estatutárias

	31.12.2018	31.12.2017

BB Leasing S.A. - Arrendamento Mercantil

Setor de Autarquias Norte, Quadra 05, Lote B, Edifício Sede Banco do Brasil - 10º Andar - Brasília-DF - CNPJ 31.546.476/0001-56

Exercício 2018

17 – TRIBUTOS

a) Demonstração das Despesas de IR e CSLL

	2º Semestre/2018	Exercício/2018	Exercício/2017
Valores correntes	(68.256)	(139.660)	(206.100)
IR e CSLL no País	(68.256)	(139.660)	(206.100)
Valores diferidos	13.039	17.183	22.748
Passivo fiscal diferido	30.161	35.865	161.564
Ajuste da carteira de arrendamento	13.996	29.975	27.492
Marcação a mercado	16.165	5.890	134.072
Ativo fiscal diferido	(17.122)	(18.682)	(138.816)
Marcação a mercado	(16.696)	(4.781)	(122.477)
Diferenças intertemporais	(426)	(13.901)	(16.339)
Total	(55.217)	(122.477)	(183.352)

b) Conciliação dos Encargos de IR e CSLL

	2º Semestre/2018	Exercício/2018	Exercício/2017
Resultado antes dos tributos	122.991	275.719	408.170
Encargo total do IR (25%) e da CSLL (20%)	(55.346)	(124.074)	(183.677)
Outros valores	129	1.597	325
IR e CSLL do período	(55.217)	(122.477)	(183.352)

c) Despesas Tributárias

	2º Semestre/2018	Exercício/2018	Exercício/2017
Cofins	(5.963)	(12.021)	(18.331)
PIS/Pasep	(969)	(1.953)	(2.979)
ISSQN	(403)	(992)	(1.496)
Total	(7.335)	(14.966)	(22.806)

d) Passivo Fiscal Diferido

	31.12.2018	31.12.2017
Decorrentes de marcação a mercado	7.922	14.528
Decorrentes do ajuste da carteira de arrendamento	21.963	51.938
Total	29.885	66.466
IR	26.376	60.031
CSLL	2.648	4.856
Cofins	741	1.358
PIS/Pasep	120	221

e) Ativo Fiscal Diferido (Crédito Tributário)

	31.12.2017		Exercício/2018		31.12.2018
	Saldo	Constituição	Baixa		
Diferenças temporárias	54.416	100.777	(120.041)		35.152
Marcação a mercado	12.342	86.272	(91.636)		6.978
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	34.370	4.825	(20.345)		18.850
Provisões passivas	7.549	9.680	(8.055)		9.174
Outras provisões	155	--	(5)		150
Superveniência de depreciação	89.297	--	(27.277)		62.020
Total	143.713	100.777	(147.318)		97.172
IR	122.465	57.125	(96.078)		83.512
CSLL	19.907	34.276	(41.282)		12.901
Cofins	1.153	8.065	(8.566)		652
PIS/Pasep	188	1.311	(1.392)		107

f) Expectativa de Realização

A expectativa de realização dos ativos fiscais diferidos (créditos tributários) respalda-se em estudo técnico, atualizado por ocasião da publicação anual, sendo o valor presente apurado com base na taxa média de captação projetada para o período de apuração.

	Valor Nominal	Valor Presente
Em 2019	29.629	28.140
Em 2020	27.872	24.607
Em 2021	24.499	19.932
Em 2022	14.090	10.741
Em 2023	1.082	767
Total de créditos tributários em 31.12.2018	97.172	84.187

No exercício de 2018, observou-se a realização de créditos tributários na BB Leasing no montante de R\$ 147.318 mil, superior à respectiva projeção para o período de 2018, constante do estudo técnico elaborado em 31.12.2017.

18 – PARTES RELACIONADAS

A BB Leasing não concede empréstimos ao Pessoal Chave da Administração, em conformidade com a proibição a toda instituição financeira estabelecida pelo Banco Central do Brasil.

A BB Leasing realiza com seu controlador Banco do Brasil S.A. transações bancárias tais como depósitos em conta corrente (não remunerados), aplicações em depósitos interfinanceiros, empréstimos e operações com instrumentos financeiros derivativos. Há, ainda, contratos de prestação de serviços e convênio para rateio/ressarcimento de despesas e custos diretos e indiretos.

Essas transações entre partes relacionadas são praticadas em condições normais de mercado, substancialmente nos termos e condições para operações comparáveis com as praticadas com terceiros, incluindo taxas de juros e garantias. Essas operações não envolvem riscos anormais de recebimento.

Sumário das Transações com Partes Relacionadas

	Nota	31.12.2018	31.12.2017
Ativos			
Disponibilidades	4	34	19
Aplicações no mercado aberto – vendas a liquidar – posição bancada	5.a	4.391.484	4.315.335
Instrumentos financeiros derivativos	6.b	3.921.366	11.182.159
Passivos			
Instrumentos financeiros derivativos	6.b	8	1
Recursos de debêntures	11.a	3.771.089	11.043.387
Dividendos e bonificações a pagar	13.a	16.096	23.080
Valores a pagar a sociedades ligadas	13.c	455	634

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações contábeis

À
Diretoria e ao Acionista da
BB Leasing S.A. - Arrendamento Mercantil
Brasília - DF

Opinião com ressalva

Examinamos as demonstrações contábeis da BB Leasing S.A. - Arrendamento Mercantil ("BB Leasing"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2018 e as respectivas demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o semestre e exercício findos nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo um resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, exceto pelos efeitos do assunto descrito no parágrafo Base para opinião com ressalva, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da BB Leasing em 31 de dezembro de 2018, o desempenho de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa para o semestre e exercício findos nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil.

Base para opinião com ressalva sobre as demonstrações contábeis

A BB Leasing registra as suas operações e elabora as suas demonstrações contábeis com a observância das diretrizes contábeis estabelecidas pelo Banco Central do Brasil, que requerem o ajuste ao valor presente da carteira de arrendamento mercantil como provisão para superveniência ou insuficiência de depreciação, classificada no ativo permanente, conforme mencionado na Nota Explicativa n.º 3.e. Essas diretrizes não requerem a reclassificação das operações, que permanecem registradas de acordo com as disposições da Lei n.º 6.099/74, para as rubricas dos ativos circulante e realizável a longo prazo, e rendas e despesas de arrendamento, mas resultam na apresentação do resultado e do patrimônio líquido para semestre e exercício findos em 31 de dezembro de 2018, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil.

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações contábeis". Somos independentes em relação à BB Leasing, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Principais assuntos de auditoria

Principais assuntos de auditoria são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações contábeis como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações contábeis e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos.

Provisão para créditos de liquidação duvidosa

Conforme mencionado nas notas explicativas n.ºs 3.e e 7, para fins de mensuração da provisão para créditos de liquidação duvidosa, a BB Leasing classifica suas operações de arrendamento mercantil, em nove níveis de risco, levando em consideração fatores e premissas como atraso, situação econômica financeira, grau de endividamento, setor de atividade econômica, características das garantias e demais fatores e premissas da Resolução CMN 2.682/1999, sendo "AA" o risco mínimo e "H" o risco máximo. A BB Leasing aplica inicialmente os percentuais de perda determinados pela Resolução a cada nível de risco para fins de cálculo da provisão e complementa, quando necessário, suas estimativas com base em estudos internos. A classificação das operações de arrendamento mercantil em níveis de risco envolve premissas e julgamentos da BB Leasing, baseados em suas metodologias internas de classificação de risco, e a provisão para créditos de liquidação duvidosa representa a melhor estimativa quanto às perdas da carteira. Devido à relevância das operações de arrendamento mercantil e ao grau de julgamento relacionado à estimativa de provisão para créditos de liquidação duvidosa, consideramos que este é um dos principais assuntos de auditoria.

Como nossa auditoria conduziu esse assunto

Avaliamos o desenho e a efetividade dos controles internos relevantes, e com o auxílio dos nossos especialistas de sistemas avaliamos os controles gerais de tecnologia da informação e controles chaves automatizados relativos aos processos de classificação, aprovação, registro e atualização que suportam as metodologias internas de avaliação dos ratings das operações de arrendamento mercantil, e as principais premissas utilizadas no cálculo da provisão para créditos de liquidação duvidosa. Nós também avaliamos, com base em amostragem, se a BB Leasing atendeu aos requisitos mínimos estabelecidos pela Resolução CMN n.º 2.682/1999, relacionados com a apuração da provisão para créditos de liquidação duvidosa. Analisamos também se as divulgações efetuadas nas demonstrações contábeis, descritas nas notas explicativas n.ºs 3.e e 7, estão de acordo com as regras aplicáveis.

Com base nas evidências obtidas por meio dos procedimentos acima resumidos, consideramos aceitável o nível de provisionamento e as divulgações correlatas no contexto das demonstrações contábeis tomadas em conjunto, relativas ao semestre e exercício findos em 31 de dezembro de 2018.

Valor de mercado de instrumentos financeiros derivativos

A BB Leasing possui saldos relevantes de instrumentos financeiros derivativos registrados a valor de mercado, conforme mencionado nas notas explicativas n.ºs 3.d e 6.b. A metodologia de marcação a mercado dos instrumentos financeiros derivativos foi estabelecida com base em critérios verificáveis que levam em consideração o preço médio de negociação no dia da apuração ou, na falta desse, por meio de modelos de precificação que traduzam o valor líquido provável de realização. O valor de mercado é apurado de acordo com o modelo de precificação interno, observadas as taxas divulgadas para operações com prazo e indexadores similares no último dia de negociação do mês. A utilização de diferentes técnicas de valorização e premissas podem resultar em estimativas de valor de mercado significativamente diferentes. Desta forma consideramos a mensuração do valor de mercado desses instrumentos financeiros derivativos como um dos principais assuntos de auditoria.

Como nossa auditoria conduziu esse assunto

Avaliamos o desenho e a efetividade dos controles internos relevantes, e com o auxílio dos nossos especialistas de sistemas avaliamos os controles gerais de tecnologia da informação e controles chaves automatizados efetuados pela BB Leasing para mitigar o risco de distorção nas demonstrações contábeis decorrente de julgamento na mensuração do valor de mercado dos instrumentos financeiros derivativos, principalmente aqueles que dependem de modelos internos. Ademais analisamos o processo de aprovação pela BB Leasing das premissas utilizadas para a marcação a mercado, bem como os cálculos efetuados na mensuração dos valores. Para os instrumentos financeiros derivativos, com o suporte técnico de nossos especialistas em instrumentos financeiros, avaliamos os modelos desenvolvidos pela BB Leasing para a determinação dos valores de mercado e a razoabilidade dos dados, os parâmetros e informações incluídos nos modelos de precificação utilizados e recalculamos os valores das operações. Analisamos também se as divulgações efetuadas nas demonstrações contábeis, descritas nas notas explicativas n.ºs 3.d e 6.b, estão de acordo com as regras aplicáveis.

Com base nas evidências obtidas por meio dos procedimentos acima descritos, consideramos aceitável os saldos dos instrumentos financeiros

Demonstração do Resultado		2º Semestre/2018	Exercício/2018	Exercício/2017
Rendas de aplicações interfinanceiras de liquidez	5.b	133.313	265.891	387.672
Resultado com instrumentos financeiros derivativos	6.c	194.102	475.740	2.605.121
Despesas de captação no mercado - remuneração/juros	11.b	(188.326)	(464.243)	(2.580.554)
Despesas de pessoal		(1.471)	(2.792)	(1.668)
Despesa de processamento de dados	14.b	(964)	(1.955)	(2.668)
Tarifa/Comissão de fiança	14.b	(740)	(1.517)	(2.087)
Corretagens e emolumentos	14.b	(58)	(132)	(218)
Emolumentos judiciais e cartorários	14.b	(10)	(18)	(38)
Atualização monetária de dividendos	14.d	(206)	(491)	(1.475)
BB - custos indiretos/suporte operacional	14.d	(312)	(641)	(603)
Outras despesas administrativas		(68)	(154)	(192)

19 – REMUNERAÇÃO DE EMPREGADOS E ADMINISTRADORES

A BB Leasing não possui quadro próprio de empregados, nem remunera seus administradores, uma vez que suas atividades são conduzidas integralmente pela estrutura administrativa do Banco do Brasil S.A. A BB Leasing ressarce ao Banco as despesas correspondentes (Nota 18).

20 – PROVISÕES, ATIVOS E PASSIVOS CONTINGENTES

a) Ativos Contingentes

Não são reconhecidos ativos contingentes nas demonstrações contábeis, conforme CPC 25 – Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes, aprovado pela Resolução CMN n.º 3.823/2009.

b) Passivos Contingentes – Prováveis

Ações Fiscais

As demandas de natureza fiscal referem-se, principalmente, a ações movidas por municípios com pedidos de cobrança de ISSQN sobre as receitas de contraprestações de operações de leasing.

Ações Cíveis

A maioria das ações cíveis movidas contra a BB Leasing refere-se a ações ordinárias revisionais e de repetição de indébito.

Movimentações nas provisões para demandas fiscais e cíveis

	2º Semestre/2018	Exercício/2018	Exercício/2017
Demandas fiscais			
Saldo inicial	11.323	13.674	15.554
Constituição	686	1.648	1.397
Reversão da provisão	(2.377)	(6.045)	(4.614)
Baixa por pagamento	--	--	--
Atualização monetária	348	703	1.337
Saldo final	9.980	9.980	13.674

Demandas cíveis

	2º Semestre/2018	Exercício/2018	Exercício/2017
Saldo inicial	5.751	5.199	5.502
Constituição	9.202	11.688	2.068
Reversão da provisão	(2.161)	(4.217)	(2.748)
Baixa por pagamento	--	--	--
Atualização monetária	161	283	377
Saldo final	12.953	12.953	5.199

Total 22.933 22.933 18.873

A Administração da BB Leasing considera suficientes as provisões constituídas para atendimento às perdas decorrentes de demandas fiscais e cíveis.

Cronograma esperado de desembolsos

	Fiscais	Cíveis
Até 5 anos	5.358	10.548
Acima de 5 anos	4.622	2.405
Total	9.980	12.953

O cenário de incerteza de duração dos processos, bem como a possibilidade de alterações na jurisprudência dos tribunais, tornam incertos os valores e o cronograma esperado de salidas.

c) Passivos Contingentes – Possíveis

Ações Fiscais

As demandas de natureza fiscal classificadas com risco "possível" são dispensadas de constituição de provisão e referem-se, principalmente, a ações movidas por municípios com pedidos de cobrança de ISSQN sobre as receitas de contraprestações de operações de leasing.

Ações Cíveis

A maioria das ações cíveis movidas contra a BB Leasing refere-se a ações ordinárias revisionais e de repetição de indébito.

Saldos dos passivos contingentes – Possíveis

	31.12.2018	31.12.2017
Demandas fiscais	30.463	31.789
Demandas cíveis	3.627	3.895
Total	34.090	35.684

d) Depósitos em Garantia de Recursos

Saldos dos depósitos em garantia constituídos para as contingências

	31.12.2018	31.12.2017
Demandas cíveis	34.038	45.299
Demandas fiscais	28.372	5.631
Total	62.410	50.930

21 – DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO ABRANGENTE

	2º Semestre/2018	Exercício/2018	Exercício/2017
LUCRO LÍQUIDO DO PERÍODO	67.774	153.242	224.818
Outros resultados abrangentes	--	--	--
Efeitos tributários sobre outros resultados abrangentes	--	--	--
RESULTADO ABRANGENTE DO PERÍODO	67.774	153.242	224.818

22 – OUTRAS INFORMAÇÕES

Imparidade

No exercício de 2018, o estudo realizado não identificou ativos com indícios de desvalorização que justificassem o reconhecimento de perdas, conforme determina o CPC 01.

derivativos mensurados a valor de mercado e as divulgações no contexto das demonstrações contábeis tomadas em conjunto, relativas ao semestre e exercício findos em 31 de dezembro de 2018.

Outros assuntos - Demonstração do valor adicionado

A demonstração do valor adicionado (DVA) referente ao semestre e exercício findos em 31 de dezembro de 2018, elaborada sob a responsabilidade da Administração da BB Leasing, cuja apresentação não é requerida pelas práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições financeiras autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil, foi submetida a procedimentos de auditoria executados em conjunto com a auditoria das demonstrações contábeis da BB Leasing. Para a formação de nossa opinião, avaliamos se essa demonstração está conciliada com as demonstrações contábeis e registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado. Em nossa opinião, essa demonstração do valor adicionado foi elaborada, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nesse Pronunciamento Técnico e é consistente em relação às demonstrações contábeis tomadas em conjunto.

Outras informações que acompanham as demonstrações contábeis e o relatório do auditor

A administração da BB Leasing é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações contábeis não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações contábeis, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações contábeis ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.



BB Leasing S.A. - Arrendamento Mercantil

Setor de Autarquias Norte, Quadra 05, Lote B, Edifício Sede Banco do Brasil - 10º Andar - Brasília-DF - CNPJ 31.546.476/0001-56

Exercício 2018

RESUMO DO RELATÓRIO DO COMITÊ DE AUDITORIA

Em cumprimento ao Decreto Regulamentar 8.945/2016 e à Resolução CMN 3.198/2004, o Banco do Brasil optou pela constituição de Comitê de Auditoria único para o Banco Múltiplo e para as subsidiárias integrais, entre elas a BB Leasing S.A. – Arrendamento Mercantil (BB Leasing).

O Resumo do Relatório do Comitê de Auditoria é publicado em conjunto com as demonstrações contábeis do Banco do Brasil S.A.

Brasília-DF, 25 de fevereiro de 2019

Luiz Serafim Spinola Santos

Antônio Carlos Correia

Marcos Tadeu de Siqueira

PARECER DO CONSELHO FISCAL

O CONSELHO FISCAL DA BB LEASING S.A. - ARRENDAMENTO MERCANTIL, no uso de suas atribuições legais e estatutárias, procedeu ao exame do Relatório da Administração e das Demonstrações Contábeis, incluindo a proposta de destinação do resultado do exercício, relativos ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2018, os quais foram aprovados, nesta data, pela Diretoria.

Com base nos exames efetuados, no Relatório dos auditores independentes, nas informações e esclarecimentos prestados por membros da Diretoria e/ou seus prepostos durante as reuniões mensais do Conselho Fiscal, realizadas no decorrer do exercício, o Conselho Fiscal é de opinião que os referidos documentos estão em condições de serem encaminhados à apreciação da Assembleia Geral dos Acionistas da BB Leasing S.A. - Arrendamento Mercantil.

Brasília (DF), 25 de fevereiro de 2019.

Erivaldo Alfredo Gomes
Conselheiro

Leonardo Lobo Pires
Presidente

José Ricardo Baitello
Conselheiro

MEMBROS DA DIRETORIA EM 31.12.2018

DIRETOR-PRESIDENTE

Walter Malieni Junior

DIRETOR-VICE-PRESIDENTE

Bernardo de Azevedo Silva Rothe

DIRETOR-GERENTE

Fabiano Macanhan Fontes

CONSELHO FISCAL

Leonardo Lobo Pires (Presidente)

Erivaldo Alfredo Gomes

José Ricardo Baitello

COMITÊ DE AUDITORIA

Antônio Carlos Correia (Coordenador)

Luiz Serafim Spinola Santos

Marcos Tadeu de Siqueira

CONTADORIA

Eduardo Cesar Pasa

Contador Geral

Contador CRC-DF 017.601/O-5

CPF 541.035.920-87